



Desenvolvimento Regional em Debate

E-ISSN: 2237-9029

valdir@unc.br

Universidade do Contestado

Brasil

Cavлак, Iuri; Granger, Stéphane

GUIANA FRANCESA E AMAPÁ: DINÂMICAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS (1940-1945)

Desenvolvimento Regional em Debate, vol. 4, núm. 1, enero-junio, 2014, pp. 189-199

Universidade do Contestado

Canoinhas, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=570862016010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

**GUIANA FRANCESA E AMAPÁ: DINÂMICAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS
(1940-1945)***Iuri Cavlak¹
Stéphane Granger²***RESUMO**

As relações entre Brasil (Amapá) e Guiana Francesa caracterizaram-se, no decorrer do século XX, por aproximações e distanciamentos que, ainda hoje, não se estruturaram de forma clara. Por um lado, disputaram por muito tempo fronteiras em comum, implicando em conflitos armados, entreveros diplomáticos e desconfianças. Por outro, ambas entidades políticas intercambiaram imigrantes, atividades econômicas e comerciais. O primeiro lustro dos anos 1940 foi o período em que se estruturou o Território Federal do Amapá, hoje Estado, e a Guiana Francesa enquanto Estado francês de ultramar. Contribuir para entender essa errática relação, tendo em vista ainda o impacto da Segunda Guerra Mundial, é o objetivo deste artigo.

Palavras-chave: Política. Fronteiras. Desenvolvimento regional.

**FRENCH GUIANA AND AMAPÁ: POLITICAL AND ECONOMIC DYNAMICS
(1940-1945)****ABSTRACT**

The relations between Brazil (Amapá) and French Guiana were characterized, in the course of the twentieth century, by similarities and differences which, even today, is not clearly structured. On the one hand, they had disputed borders in common, resulting in armed conflict, diplomatic's problems and suspicions. On the other hand, both political entities exchanged immigrants, economic and commercial activities. The first five years of the 1940s was the period in which they structured the Federal Territory of Amapá State today, and French Guiana State as overseas. Contribute to understanding this relationship erratic, even in view the impact of the Second World War, is the purpose of this article.

Key-words: Political. Boundaries. Regional development.

¹Formado em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP-Assis). Mestre e Doutor em História pela UNESP. Professor Adjunto de Teoria da História da UNIFAP e do Curso de Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional da UNIFAP. Universidade Federal do Amapá. Brasil. E-mail: iuricavlak@yahoo.com.br

²Doutor em Geografia pela Universidade de Paris III (Sorbonne); Professor de História e Geografia em Caiena; responsável pela secção brasileira do liceu internacional Melkior-Garré de Caiena, ex-Professor convidado no Instituto de Estudos Superiores da Guiana/Universidade das Antilhas e da Guiana Francesa. França. E-mail: granger.stephane@orange.fr

INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos, grandes conflitos internacionais marcaram a história da Guiana Francesa e do Amapá, regiões fronteiriças de importantes entidades políticas. Com a ocupação francesa da região das Guianas, em 1615, e a ocupação portuguesa do extremo norte do Pará, em 1750, a relação dessas duas nacionalidades teve início, diversas vezes oscilando entre a aproximação e o distanciamento. Grande parte do território fronteiriço esteve em disputa judicial até 1900, quando o Barão do Rio Branco venceu a questão para o Brasil. Antes, porém, dois acontecimentos se destacaram nessa história: a ocupação brasileira da Guiana Francesa, entre 1809 e 1817, e o caso do Contestado franco-brasileiro, culminando com a invasão de Amapá em 1895 e só resolvido em 1900³. Na primeira, por conta das guerras napoleônicas na Europa, o Império português dominou o pedaço francês na América do Sul apoiado pelos ingleses. Na segunda, além do litígio fronteiriço, a busca do ouro levou desentendimentos e o deslocamento de tropas francesas até Macapá, desbaratadas pelas forças locais.

Ambas as entidades políticas padecem de limitações estruturais semelhantes no âmbito do desenvolvimento regional. O Amapá é um dos Estados mais subdesenvolvidos do Brasil, com um parque industrial bastante diminuto e uma atividade comercial extremamente devedora do salário do funcionalismo público. Grande parte da produção agrícola é importada de outros lugares, dado a carência local na produção de alimentos. Assim é também a Guiana Francesa, que importa todas as suas manufaturas do estrangeiro, sobretudo da França, e seus alimentos da Europa e de alguns países da América Central. Com exceção do leite e derivados, inexistente uma significativa atividade agrícola.

Essa posição subalterna na economia e na política predominou por todo o período colonial, sendo a tônica também de todo século XX. Todavia, no intervalo de um lustro que durou a Segunda Guerra Mundial, a situação do desenvolvimento regional ameaçou tomar outros rumos, projetando novas possibilidades para a vida social local.

Nesse sentido, com a Segunda Guerra Mundial, a situação se tornou deveras tensionada, com novos e fundamentais desdobramentos tomando parte nessa relação. A dificuldade da ligação marítima entre América e a Europa, com os mares congestionados de navios de guerra e submarinos, a presença de tropas norte-americanas no Amapá, com a criação de uma base aérea, e o fato da Guiana Francesa ser colônia de um Estado ocupado pelos nazistas e colaboracionistas, de 1940 até 1943, levou as forças armadas brasileiras, em aliança agora com os Estados Unidos, a pensarem seriamente uma nova invasão da Guiana Francesa. O fim do governo colaboracionista na Guiana em 1943, e o salto nas trocas econômicas entre brasileiros e franceses na América do Sul direcionou o problema para outra vereda, desfazendo o clima belicoso e facultando convergências. O fim da Guerra, em 1945, não obstante, acentuaria a reiteração dos distanciamentos.

Mas uma primeira aproximação entre os governos amapaense e franco-guianense ocorreu em 1991, seguida por um acordo oficial de cooperação regional transfronteiriça em

³O caso do Contestado franco-brasileiro, que viu os franceses reclamarem durante quase dois séculos a fronteira no rio Araguari que desemboca no Amazonas, só foi resolvido em 1900 com uma arbitragem suíça a favor do Brasil, marcando definitivamente a fronteira no rio Oiapoque.

1996, simbolicamente incentivado à nível nacional pelo encontro dos presidentes francês e brasileiro na fronteira do Oiapoque um ano depois. E no final de 2013, ou em 2014, deveria ser inaugurada uma ponte no rio Oiapoque, unindo Amapá à Guiana Francesa. Essa ponte, última da rede de pontes binacionais cercando o Brasil, é ao mesmo tempo o símbolo e a concretização dessa política de cooperação iniciada nos anos 90 entre o Amapá e a Guiana Francesa. Mas as premissas dessa política se encontram na Segunda Guerra mundial, quando a isolada Guiana foi abastecida pelo vizinho brasileiro, o Pará e depois o Amapá, o qual é um filho direto da Segunda Guerra Mundial: em 1940, não existia um número significativo de homens e mulheres que justificasse a criação de um território nacional. Se isso ocorreu foi em razão da importância que a região recebeu por conta do contexto da guerra.

Nosso objetivo, neste artigo, é refletir sobre as raízes desse relacionamento, o papel efetivo da Segunda Guerra mundial, e por que demorou cinco décadas para que se concretize institucionalmente.

A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E O AMAPÁ

Em 1940, o Amapá possuía menos de 2 mil habitantes, descendentes de escravos, índios, colonos portugueses e famílias de brasileiros que tentavam a sorte com o garimpo ou simplesmente sobreviviam da caça, pesca e de uma pequena agricultura⁴. Não existiam escolas, hospitais, eletricidade ou asfaltos. Porém, o fato de se tornar território federal justamente abria a possibilidade de essas benesses serem efetivadas, bem como a chegada de mais pessoas para povoamento e produção de riquezas. O fato de existir uma guerra mundial em curso ajudava nesse sentido.

O contexto de guerra na Europa havia trazido para o Amapá uma expedição de exploradores nazistas, que estiveram viajando escondidos por essas terras, levando informações relevantes para a Alemanha. Na região do Laranjal do Jarí existe ainda hoje uma cruz indicando a sepultura de Joseph Greiner, enterrado no lugar em janeiro de 1936, provavelmente morto por alguma doença tropical.

Durante os anos de 1930, o presidente Getúlio Vargas desfrutou de um bom relacionamento com Berlim. Diplomáticamente, o Brasil se colocou como um país neutro, estabelecendo acordos tanto com os Estados Unidos quanto com a Alemanha, os dois últimos obrigados a agradar Vargas em troca de seu apoio político e econômico. Foi assim que o Brasil conseguiu preços mais baratos para os produtos industriais comprados nos Estados Unidos e preços mais caros para suas matérias primas e alimentos vendidos a esse mesmo país. Conseguiu o chamado comércio compensado com os alemães, que se fez através de contas convênios, o que dispensava a utilização de dinheiro, um bem em falta após a crise de 1929. Fora estabelecido que o Brasil e a Alemanha trocassem mercadorias, sendo que, no caso de se terminar um ano com um país recebendo mais que o outro, no ano seguinte era obrigação do mesmo devolver em mercadorias o valor excedente. Até armamento alemão foi negociado nestes termos e entregue ao Brasil.

⁴Dados do Serviço de Geografia e Estatística do Território Federal do Amapá, conforme mencionado em: Paz (2011, p. 54).

Outros indícios de que o Brasil estava neutro e podia tender para a Alemanha foram os discursos que Getúlio Vargas pronunciou em 1940, criticando as nações liberais e mesmo saudando as novas forças que tomavam a Europa. Uma figura chave do governo varguista, o General Eurico Gaspar Dutra, comemorou em sua casa, com uma grande festa para vários convidados, quando os alemães dominaram Paris em 1940. Claro que, político astuto que foi, Vargas também afirmava seu comprometimento com os Estados Unidos, igualmente dizendo de seu empenho com o pan-americanismo e os valores ocidentais.

O fato é que esse presidente matinha as portas abertas e trocava seu apoio por ganhos materiais, deixando indignados setores das elites nacionais e internacionais que imaginavam o país aliado natural e permanente dos Estados Unidos. Com o aprofundamento da guerra, Vargas teve que escolher o lado norte-americano, uma vez cortado as relações marítimas com a Europa. Conquistou mais ganhos materiais que nenhum outro país do continente, como armamentos e treinamento de uma tropa para lutar na Europa, a FEB (Força Expedicionária Brasileira), e dinheiro para instalação da primeira grande siderúrgica latino-americana, a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) de Volta Redonda. Em troca, forneceu matérias primas e produtos estratégicos, como a borracha, e cedeu 16 bases em território nacional para ocupação de soldados e oficiais dos Estados Unidos, como a Base Aérea do Amapá.

Com a construção dessa Base, antes mesmo do Amapá se tornar território, o governo central demonstrou finalmente na prática a importância das terras amapaenses para o Brasil. Por conta da expansão alemã pela Europa e a África, o litoral norte do Brasil se tornou estrategicamente crucial, para concentrar as forças armadas que pudessem combater os nazistas nessa altura do Oceano Atlântico. Também com a invasão e rendição da França, um cenário possível era o desembarque de tropas alemãs através da Guiana Francesa. Se a península ibérica e a costa africana, então colônia europeia, caíssem em mãos nazistas, a costa brasileira seria o melhor localizado território aliado para ser utilizado na chegada a Europa. Ou seja, o alto comando militar dos Estados Unidos pressionou Vargas por uma construção imediata da base.

Em 25 de julho de 1941, um ano antes de declarar guerra a Alemanha e um mês depois dos alemães invadirem a União Soviética, Vargas publicou o decreto lei 3462, autorizando movimentação de militares norte-americanos no país e a construção de bases no Norte e no Nordeste. A cidade de Amapá foi o lugar escolhido por conta de sua localização geográfica, encostada ao litoral, e com acesso terrestre não muito difícil. Já naquele ano, em outubro, teve início a construção da base, com a presença dos militares norte-americanos, sob supervisão da *Pan American Airways*, empresa de aviação também estadunidense. Foram para lá arquitetos, topógrafos e engenheiros não só norte-americanos, mas também franceses e ingleses, já que o Brasil não possuía esse tipo de mão de obra especializada em número suficiente. E, mesmo que tivesse, não seriam chamados, já que o governo brasileiro facultou total soberania de decisões para os Estados Unidos, que preferiam contar com trabalhadores qualificados da Europa ou dele próprio.

A Base Aérea do Amapá teve como objetivo ser um posto de abastecimentos das aeronaves norte-americanas que estavam a caminho da Base Aérea de Natal, no Rio Grande do Norte, a maior norte-americana construída fora dos Estados Unidos na Segunda Guerra. Então, na verdade, as aeronaves estiveram de passagem por ali, embora com o decorrer dos meses, a Base se viu muito útil na patrulha do mar, localizando submarinos alemães e

executando missões de resgate de pilotos abatidos que caíam no oceano. Cerca de 21 aviões pousaram em Amapá durante a guerra.

Com esse surto de crescimento, vários amapaenses para lá se mudaram, visando usufruir dessas vantagens que em nenhum outro lugar da região poderiam encontrar. Em outras palavras, antes da instalação da ICOMI e do governo de Janary Nunes, o Amapá vivenciou seu primeiro surto de modernização, ainda que em escala reduzida. A Base, que distava 9 km da cidade de Amapá, se viu cercada por novos habitantes. O governo brasileiro enviou 5 mil nordestinos para trabalharem na Base. Embora os salários fossem acima da média do lugar, o trabalho demonstrou ser estafante e de difícil execução. O fato de o país estar no esforço de guerra permitiu uma exploração desenfreada da mão-de-obra, obrigando ao trabalho noturno. Foi proibida a livre circulação das pessoas no alojamento e as conversas em grupo, impedindo a formação de algum tipo de sindicato que pudesse proteger os trabalhadores da exploração dos patrões. Aquele que tentou convencer os administradores da Base a melhorar as condições de trabalho ou pagar melhores salários foi expulso da região. Nenhum dos trabalhadores que construíram a Base conseguiu enriquecer ou mesmo criar raízes e ficar no local. A imensa maioria foi embora depois de encerrada as obras, atrás de novos trabalhos para garantir a sobrevivência.

Moradores locais afirmaram que, em menos de três meses, a Base ficou pronta. Além desses trabalhadores que vieram do Nordeste, cerca de mil amapaenses se dirigiram ao lugar. Somado então aos dois mil soldados, temos uma população de 8 mil pessoas. Para se ter uma idéia, a cidade de Macapá na época possuía uma população de 1.012, a cidade de Amapá, 444, e a região toda, 1618 habitantes⁵.

Patrulhando o litoral do Amapá, os pilotos norte-americanos acabaram descobrindo e atacando submarinos alemães. Em 15 de abril de 1943 se deu a primeira batalha, quando o avião pilotado pelo Tenente Robertson avistou o submarino italiano *Archimedi*. Mesmo com dez horas de voo e com a intenção de voltar para a Base, Robertson conseguiu jogar quatro bombas no submarino, o suficiente para danificá-lo seriamente, embora não lograsse afundá-lo. O Tenente se comunicou então com outro avião, pilotado pelo Capitão Gerard Bradford, que alcançou o submarino atingido e lançou mais 4 bombas em sua direção. Dessa vez a embarcação não aguentou e acabou afundando em menos de 6 minutos, matando 59 tripulantes. Dias depois, um marinheiro foi encontrado vivo na Ilha de Bailique, sendo preso e interrogado pelas autoridades.

No dia 9 de julho de 1943, o submarino alemão U-590 foi avistado ao meio dia, 200 milhas distantes do litoral do Amapá. O avião Catalina PBY-3 efetuou um cerrado ataque com bombas e metralhadoras, conseguindo afundar o submarino em poucos minutos. Cerca de 40 marinheiros morreram e 4 sobreviveram.

Por fim, no dia 21 de julho de 1943, um terceiro submarino, o U-662, foi atacado pelo avião VP-94, que havia decolado da Base Aérea do Amapá. O encontro se deu a 100 milhas da costa. O VP-94 pediu reforços, sendo enviado outro avião, o PBY, sendo que ambos metralharam e afundaram o submarino alemão. Cerca de 70 marinheiros foram mortos, sendo 5 os sobreviventes.

⁵ Conf.: Paz (2001, p. 54).

Interessante que, com a França sendo dominada pela Alemanha nazista em 1940, a Guiana Francesa acabou se tornando território inimigo. De fato, na conferência de Havana, no mesmo ano, foi deliberado que os países que fizessem fronteiras com territórios europeus ocupados pelos inimigos pudessem invadi-los e dominá-los. Ao que tudo indica, Vargas cogitou a hipótese de anexar a Guiana ao Brasil, utilizando da Base como ajuda para tal fim, o que acabou não acontecendo⁶.

No dia 2 de fevereiro de 1943, a União Soviética venceu a Batalha de Stalingrado, a mais importante de toda guerra. Além da rendição de 90 mil alemães, foi a partir daí que o Exército Vermelho iniciou o contra-ataque e empurrou as forças armadas nazistas de volta para Berlim. Além disso, em maio do mesmo ano, as últimas tropas alemãs foram expulsas do norte da África, fazendo com que as bases norte-americanas no Brasil perdessem sua importância estratégica. A guerra já estava decidida em favor dos aliados, sendo apenas uma questão de tempo até a rendição total do Eixo.

Mas se a vizinhança com a Guiana Francesa já não apresentava forte ameaça, mostrava porém o perigo potencial nas regiões periféricas e subpovoadas. No dia 13 de setembro de 1943 foi criado o Território Federal do Amapá. A partir de 21 de setembro, a capital passou a ser a cidade de Amapá, lugar da base aérea, cada vez mais povoado e abastecido de alimentos e infraestrutura. Porém, o final da guerra implicou na retirada dos norte-americanos e no fechamento da Base, causando a decadência do lugar e mesmo o retrocesso econômico e social. A capital do novo território logo foi transferida para Macapá, antes mesmo da instalação na cidade de Amapá da infraestrutura burocrática do novo tipo de administração territorial.

Ocorreu que o Brasil, não tendo soberania sobre as instalações militares em Amapá, não dispunha de um plano de manutenção da prosperidade recém-desenvolvida, que pudesse aproveitar o crescimento para fixar os moradores, criar empresas, desenvolver a agricultura, enfim, estabelecer uma vida melhor para a população. Bastou os Estados Unidos levarem tudo embora que a região regrediu ao passado, e tudo que havia sido conquistado foi perdido.

Não consta que o Estado do Pará tenha esboçado alguma reclamação pela perda do Amapá. Pelo contrário, Magalhães Barata agradeceu Getúlio Vargas por essa atitude. Não houve nenhuma consulta a população da cidade de Amapá ou de qualquer outra sobre a criação do novo território e seus governantes. Além do Amapá, em setembro de 1943 foram criados o território de Rio Branco, Ponta Porã e Iguaçu, sendo que o primeiro mudaria o nome para Roraima, enquanto os dois últimos, passado a guerra, retornariam para administração estadual de Mato Grosso e Paraná respectivamente.

Para governar o Amapá, a escolha foi de um militar que tinha boas relações com Vargas, Barata e os norte-americanos. Janary Gentil Nunes foi o escolhido, devido a vários fatores além desses três. Era jovem, 31 anos de idade, e conhecia a região, embora nascido no município paraense de Alenquer.

Quando ainda no posto de tenente em 1940, Janary Gentil Nunes comandou a guarnição denominada Pelotão Independente de Fronteiras sediada em Oiapoque, na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. No momento da nomeação, dia 27 de dezembro de 1943, já como capitão, comandava a 1 Companhia Independente de

⁶ Conf.: Ely (1999, p. 145-168).

Metralhadoras Anti-aéreas que organizou, acantonada em Belém, no Estado do Pará, e servia como oficial de ligação entre as tropas brasileiras e norte-americanas aquarteladas nessa capital (SANTOS, 1998, p. 26).

Portanto pesou a favor de Janary o fato de possuir boas relações com as forças armadas norte-americanas que estavam no Brasil.

A posse do primeiro governador do Território aconteceu fora do Amapá, dois dias após sua nomeação, no Rio de Janeiro. No dia 25 do mesmo mês chegaram a Macapá a comitiva governamental, com Janary, o advogado Raul Monteiro Valdez e o secretário geral do Pará, Lameira Bittencourt, entre outros. Nesse sentido, a Segunda Guerra mundial também traria mudanças significativas na vizinha Guiana Francesa, afetando mais tarde as relações entre os dois territórios.

A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E A GUIANA FRANCESA: DO ISOLAMENTO À INTEGRAÇÃO REFORÇADA À FRANÇA

Nesse sentido, a criação do Território Federal do Amapá devia-se, acima de tudo, à presença de uma fronteira com a colônia de um país ocupado pelos nazistas: a Guiana francesa, cuja fronteira foi tão difícil de determinar, e que, reiteramos, Vargas planejou anexar depois da conferência da Havana.

Quando o bloqueio alemão separou as duas margens do oceano Atlântico, esta colônia isolada da sua metrópole e administrada por um governador colonial nomeado pelo novo poder oficial da França, o “Estado francês”, vassalo da Alemanha nazista, foi abastecida pelo Pará a partir de 1940. Rica em ouro mas pouco produtiva, a Guiana francesa comprava produtos principalmente alimentares como carne de boi ao vizinho brasileiro, o que provocou protestos na imprensa paraense, acusando o governo do Pará de privilegiar o abastecimento da colônia francesa, sacrificando os paraenses⁷.

Mas esses intercâmbios, premissas de cooperação regional que permitiram à Guiana Francesa de sair do isolamento continental que conhecia junto com as outras Guianas, colônias inglesas e holandesas, cessaram a partir do final de 1942. Isso se deve, segundo o historiador e atual governador franco-guianense Rodolphe Alexandre⁸, à uma decisão dos Estados Unidos de impedir todo abastecimento da colônia afim de provocar uma escassez de produtos alimentares levando a um levantamento da população contra o poder colonial dependendo do governo colaboracionista francês. O que aconteceu em março de 1943: um levante espontâneo mas recuperado por líderes antinazistas guianenses acabou com a fuga do governador colonial e o apoio das novas autoridades provisórias à Resistência francesa do general De Gaulle. Aliás, um dos primeiros integrantes à Resistência e à França Livre foi o governador colonial da África central francesa mas de origem guianense, Félix Eboué, cujo exemplo muito influenciou os guianenses⁹. À pedido das novas autoridades locais, a França

⁷Conf.: Arquivo Departamental da Guiana Francesa, serie D40/6 (relações econômicas com Portugal e Brasil).

⁸Alexandre (2003).

⁹Félix Eboué foi o primeiro governador negro a administrar uma colônia francesa na África, que depois da invasão nazista em 1940, ofereceu ao general De Gaulle, dando ao primeiro resistente francês uma legitimidade territorial. Outras colônias, não ocupadas pelos alemães, seguiram pouco a pouco, como a Guiana francesa em 1943. A França assim se encontrava dividida: a metrópole europeia (“Estado francês”) com o governo

livre mandou um governador, Jean Rapenne, para administrar a Guiana e oficializar seu novo alinhamento. Centenas de jovens franco-guianenses se alistaram no Exército da França Livre e combateram na França e na Alemanha depois do desembarque na Provença em agosto de 1944. A França Livre, tornando-se novamente República Francesa, assim foi reconhecida como a França verdadeira depois do derrubamento do governo colaboracionista, e considerada, como aliada dos EUA e do Reino-Unido, um dos vencedores da 2ª Guerra mundial (LAM-CHAM, 2001).

A Guiana sendo agora incorporada aos Aliados, não apresentava perigo nenhum e foi até visitada pelo governador do Pará, Magalhães Barata, que também esteve nas Guianas inglesa e holandesa (BARATA, 1944). Este, elogiando uma administração francesa sem discriminação racial e o papel do novo governador “francês livre” Jean Rapenne, acedeu ao pedido deste para retomar as exportações brasileiras para a Guiana francesa:

Logo ao assumir ao govêrno, tive de atender ao apêlo que me era feito pelo Governador para permitir a exportação de gado, arroz, farinha de mandioca e outros gêneros de produção do Estado, dada a situação de penuria em que se encontrava aquela colônia [...] Apesar das dificuldades de abastecimento em que nos encontrávamos, procurei dar a assistência possível àquele povo, que tão estreitas relações tem tido sempre conosco e revela uma tendência constante para se aproximar de nós, com a maior simpatia e mesmo entusiasmo (BARATA, 1944, p. 38).

Barata temia na verdade uma desestabilização do vizinho franco-guianense causada pela penúria alimentar e as conseqüências como fugas no Amapá, inclusive de fugitivos dos temidos presídios guianenses. Mas também, um dos primeiros, destacou no seu relatório as possibilidades de intercâmbios econômicos com as Guianas, interface entre América do Sul, Caribe e Europa.

A SITUAÇÃO RECENTE

Apesar das exportações de bois e zebus que continuaram até os anos 1960, essa cooperação prevista por Magalhães Barata teve que esperar mais 50 anos. De fato, as conseqüências da 2ª Guerra mundial afastaram duravelmente os dois vizinhos paraenses (e depois amapaenses) e franco-guianenses. Do seu lado, graças a seu papel na França livre, a Guiana francesa como as outras colônias da Martinica, Guadalupe e Reunião, perdeu o estatuto colonial, a pedido de seus deputados para serem transformadas em departamentos de ultramar, isto é, parte integrante do território francês, como é o Estado do Havaí nos Estados Unidos.

O famoso e vergonhoso presídio foi extinto, o governador colonial foi substituído, como nos outros departamentos franceses, por um *préfet*, administrador nomeado pelo governo, desfrutando de menos poderes e aplicando a política da remota capital, Paris, pouco ligada no momento com o Brasil. Graças à redistribuição da renda nacional na saúde e na educação e o alinhamento dos salários (até mais altos na Guiana) e das leis trabalhistas sobre

colaboracionista do marechal Pétain, e a “França Livre” do general De Gaulle com a quase totalidade das colônias francesas, sediada em Argel e fazendo parte do campo os Aliados. Félix Eboué está agora enterrado no Panteão dos grandes homens da França.

o modelo metropolitano, o padrão de vida dos franco-guianenses aumentou rapidamente, e estes, orgulhosos na época de pertencer à França de verdade deixando o humilhante estatuto colonial, também viraram as costas ao resto da América do Sul, considerada subdesenvolvida e com a qual as ligações tão terrestres como aéreas eram pouco desenvolvidas (MAM LAM FOUCK, 1996).

Só a mudança estatutária de 1982, devolvendo parte dos poderes do *préfet* a um governador eleito, seguida da transformação do Amapá em estado em 1988, permitiram uma aproximação entre esses dois territórios isolados, concretizada pelos acordos de cooperação regional de 1996.

De fato, se os franco-guianenses tinham uma certa identidade amazônica visível por exemplo na culinária ou na presença expressiva de índios e quilombolas, essa raramente passou por relações com os outros países do continente, com a notável exceção do vizinho Suriname, também muito isolado dentro da América do Sul e desenvolvendo, como a Guiana, um tropismo caribenho. Mas a busca identitária dos franco-guianenses a partir dos anos 60 e a forte presença de migrantes brasileiros devido à construção da base espacial de Kourou em 1964 (estimados a 20.000 pessoas, constituiriam agora aproximadamente 10% da população franco-guianense) permitiram pouco a pouco uma tomada de consciência da situação geográfica da Guiana francesa.

Enquanto isso, ao mesmo tempo, Amapá recém-chegado ao estatuto de Estado da Federação brasileira procurava quebrar um isolamento similar. A atuação e a amizade dos governadores João Capiberibe do Amapá e Antoine Karam da Guiana Francesa chegou ao atual projeto de ponte que está agora esperando por sua inauguração, mas os intercâmbios econômicos continuam fraquíssimos, devido à fraca produção local e aos mercados comuns diferentes para não dizer rivais (União Européia e Mercosul), impedindo pelo momento um desenvolvimento econômico baseado na abertura exterior (GRANGER, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim vimos como a relação entre o Brasil e a Guiana francesa foi marcada por vários paradoxos: Guiana Francesa abastecida pelo Brasil, o qual criou posteriormente o Território federal do Amapá para cercá-la a fim de impedir uma eventual invasão nazista, Guiana Francesa e Amapá que viraram as costas depois de ter conseguido o estatuto desejado (separação do Pará para os amapaenses, departamentalização e aproximação à metrópole francesa para os franco-guianenses). Aproximação depois de outras mudanças institucionais (leis de descentralização dando mais poderes à Guiana Francesa em 1982, criação do estado do Amapá em 1988) permitindo os acordos nacionais de cooperação regional Amapá-Guiana Francesa em 1996 e projeto de ponte binacional, esta terminada em 2011, mas esperando por uma inauguração que não deverá ocorrer antes do final de 2013 ou 2014, enquanto os controles de polícia estão reforçados do lado francês, dificultando os deslocamentos das populações fronteiriças que antigamente podiam viajar de cada lado da fronteira sem problemas.

As dificuldades das relações fronteiriças entre Brasil/Amapá e Guiana Francesa se explicam pela desconfiança mútua que sempre as caracterizou: até a resolução definitiva da

fronteira em 1900, e agora, para os guianenses, ameaças de invasão pelos migrantes concretizadas pela atuação dos garimpeiros clandestinos que até mataram dois suboficiais do Exército francês em 2012, suspeito de desapropriação da Amazônia por parte do Ocidente denunciada por setores políticos e militares brasileiros. Claro que todos estes sentimentos estão exagerados, mas é permitido pensar que uma das fontes, além do laudo suíço a favor do Brasil em 1900, encontra-se na situação paradoxal na qual começaram essas relações transfronteiriças a partir da criação do Território do Amapá em 1943, para proteger-se de uma Guiana Francesa que ao mesmo tempo constituía um atraente mercado pelo nível de vida.

As mudanças institucionais e a globalização também fizeram da fronteira entre o Amapá e a Guiana francesa uma fronteira entre o Mercosul e a União Europeia (explicando o mutual protecionismo e a fraqueza dos intercâmbios), como também uma fronteira “Norte-Sul”, ilustrada pelo fluxos migratórios e as consequências na Guiana Francesa. Mudou a natureza da rivalidade, mas não a desconfiança decorrente desta situação.

No final dos anos 1980, com o novo estatuto da Guiana Francesa e a estadualização do Amapá, transformações de vulto apontaram no horizonte. Porém, com o fraco crescimento econômico dos anos 1990 e o aprofundamento das desigualdades regionais, esse extremo norte da América do Sul seguiu com uma inserção muito subalterna na economia regional e mundial. A predominância dos mecanismos de mercado e da iniciativa privada em detrimento do Estado nos anos 2000 dificulta as políticas públicas, na medida em que sobra pouco dinheiro para os governos investirem e modificarem a lenta dinâmica das trocas locais. Muitas das dificuldades de integração repousam na pouca inserção dos indivíduos no mercado formal do emprego e do consumo, fato que possibilitaria um círculo virtuoso de crescimento que poderia sustentar uma duradoura integração Brasil – Guiana Francesa.

Um exemplo para finalizar: a pavimentação da BR 156, estrada ligando Macapá ao Oiapoque, fronteira franco-guianense planejada por Vargas no final dos anos 1930, visando ligar os pelotões militares fronteiriços, ainda não foi terminada, setenta anos depois do começo das obras, enquanto a França, por seu turno, finalizou o asfaltamento da estrada que integra Caiena à fronteira brasileira. Poucos são os especialistas acreditando no desenvolvimento regional da zona fronteira e na utilidade da ponte do Oiapoque.

Por fim, uma pergunta não respondível ainda: será que o atraso na inauguração, enquanto as obras já se encontram terminadas desde junho de 2011, seria uma remota consequência de rivalidades e desconfianças entre os dois lados da fronteira?

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Rodolphe. **De Pétain à De Gaulle, la Guyane sous Vichy**, 1940-1943. Caiena: AC Editora, 2003.

BARATA, Joaquim de Magalhães. **Uma viagem às Guianas**. Anexo ao relatório apresentado ao Sr Presidente da República pelo coronel Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, interventor federal no Pará. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

ELY, Roland. Brazilian in the Guianas, João VI to Figueireido, 1807-1985. **Revista/Review Interamericana**. Puerto-Rico, n.1-4, p. 145-168, 1999.

GRANGER Stéphane. Guiana Francesa entre França e Brasil: da colonização à continentalização. In: PORTO, Jadson Rebelo; DOFF SOTTA, Eleneide (Org.). **Reformatações fronteiriças no platô das Guianas: (re)territorialidades de cooperações em construções**. Rio de Janeiro: Publit, 2011.

LAM-CHAM, Roger. **De la Guyane au Rhin et Danube**. Matoury: Ibis Rouge, 2001.

MAM LAM FOUCK, Serge. **Histoire générale de la Guyane française**: les grands problèmes guyanais, permanence et évolutions. Matoury: Ibis rouge, 1996.

PAZ, Adalberto Junior. **Os mineiros da floresta**: sociedade e trabalho em uma fronteira de mineração industrial amazônica (1943-1964). 2011. Dissertação (Mestrado) - Unicamp, Campinas (SP), 2011.

SANTOS, Fernando Rodrigues. **História do Amapá**: da autonomia territorial ao fim do janarismo. Macapá: Editora Gráfica O Dia, 1998.

Artigo recebido em: 13/07/2013

Artigo aprovado em: 23/10/2013